

veja nesta edição do telebrasil em foco

**A segunda parte da cobertura do 54º Painel.  
Desta vez com a participação de Hélio Graciosa.**

## 54º PAINEL

### Para onde queremos ir ? O que se debateu no Guarujá – II



Conferencista Hélio Graciosa dando percepções sobre o futuro.

**O 54º Painel da TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações, nos dias 18 e 19 de agosto, no Hotel Jequitimar, no Guarujá (SP), reuniu conferencistas e participantes para debater, em alto nível, "O Brasil que queremos em 2011-2014". Como pano de fundo, a chegada de um novo quadriênio governamental, o impacto da banda larga para o País e as altas taxas que oneram, hoje, os serviços. Veja, aqui, o painel 2: "Para onde queremos ir?", com o conferencista Hélio Graciosa, tratando de tecnologia.**

**Para saber mais, leia as Cartas do Guarujá 2009 e 2010**

Hélio Marcos Machado Graciosa, presidente da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento –, tratou do desenvolvimento da tecnologia para os próximos anos. Valendo-se dos 15 minutos regulamentares, não esqueceu em seu discurso a dimensão humana e social das telecomunicações, além de abordar, de maneira clara, os desafios e as metas para o "Brasil que queremos em 2011-2014", tema do 54º Painel.

Num sutil posicionamento inicial, relativo às possíveis verdades profetizadas pela econometria, alertou o conferencista que iria falar de percepções em relação ao futuro e à evolução tecnológica, aguardada para os próximos anos. Evitaria citar números.

#### Centrar a tecnologia no homem

Destacou o presidente do CPqD pontos que vão marcar o cenário da tecnologia das telecomunicações.

A tendência, hoje, é que a tecnologia das telecomunicações passe a individualizar a pessoa. A empresa passará a individualizar cada vez mais o cliente; e o Estado, o seu cidadão. "Isso são tendências tecnológicas. Elas vão caminhar independentemente do que se vai ou não querer", afirmou o presidente do CPqD.

Com o uso generalizado da Internet, a segurança da informação e da comunicação vai crescer de importância. O assunto envolve não só a segurança da informação, em si, mas também a existência de estruturas críticas que sejam solidamente confiáveis.

Durante muito tempo, o setor de telecomunicações, e da eletrônica, julgou estar imune a questões ambientais. Não mais. A elevada quantidade (*contam-se em bilhões*) de terminais e de equipamentos eletrônicos existentes no mundo trouxe a reboque problemas de cunho ambiental.

Um deles é o consumo de energia – que acaba se transformando em poluição –; e o outro, o descarte de equipamentos eletrônicos. O "lixo eletrônico" inclui desde metais nobres, como o ouro, até resíduos tóxicos, sendo um problema não totalmente resolvido.

A mobilidade é outra tendência a considerar. "Todo mundo quer colocar rádio em tudo", afirmou o palestrante. Quem, hoje, diz mobilidade eletrônica se refere a rádio, utilização crescente do espectro eletromagnético e métodos cada vez mais sofisticados de acesso à rede. O transporte da informação e o acesso ópticos, bem como novas plataformas, terminais, aplicações, sistemas intensivos em *software*, plataformas IP (*internet protocol*) e conectividade em banda larga, são tantas outras avenidas tecnológicas que o futuro deverá considerar.

A tecnologia da informação (TI) já passou por algumas ondas no mundo. Uma primeira onda foi voltada para o desenvolvimento de sistemas e de computadores "mainframe", seguida da evolução dos computadores pessoais (PC), e agora com a informação sendo dirigida para a computação na rede e para a Internet.

## O Brasil que nós queremos

Abordando o tema do 54º Painel, "O Brasil que queremos em 2011-2014", disse o presidente do CPqD que para os próximos quatro anos "queremos coisas muito simples", que desfilou didaticamente:

- "queremos uma oferta de serviços multimídia, convergentes, com qualidade e a preços acessíveis;

- "queremos um governo eletrônico massificado, se traduzindo pela densa utilização da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para aumentar a eficácia e eficiência do Governo no atendimento à população;

- "queremos, simplificada, banda larga para todos, que é o tema do momento; e

- "e, finalmente, queremos a diversificação de conteúdo com pilosidade cultural e educacional correspondente.



## Onde estão os desafios?

Explicou Hélio Graciosa – também presidente do Conselho Consultivo da TELEBRASIL – que, no caso da oferta de serviços, o ponto básico, na sua percepção, é manter a regulação eficaz". Tal regulação deve, obviamente, promover a competição, zelar pela qualidade do serviço e manter um olhar sobre as tarifas.

Foi destacada a manutenção do papel importante desempenhado pela Anatel, "tal como abordado na abertura do 54º Painel pelo presidente da TELEBRASIL, Antonio Carlos Valente, para que o ambiente de competição seja regulado e mantido de maneira eficaz".

O Governo tem que ter planos, e o setor vai precisar de investimentos. Neste contexto, é preciso haver a certeza que a intensificação do uso das TICs se destinará a melhorar a vida da população. "Será preciso verificar se os programas atuais e futuros priorizam, ou não, esse tipo de aplicação das TICs", aconselhou o palestrante.

"O Banda Larga Para Todos" é o assunto da moda. Lembrou o conferencista que Antonio Carlos Valente, na abertura do 54º Painel, referiu-se à "Carta do Guarujá 2009", que já tratava da necessidade de "ocorrer um debate com metas para a implantação da banda larga". De lá para cá, muita conversa e muita coisa aconteceu. A Política Nacional de Banda Larga (PNBL) foi lançada, de maneira "qualitativa", através de Decreto nº 7.175, de 13/05/2010.

Em relação ao papel da Telebrás, o palestrante foi equilibrado na sua avaliação. "É preciso tomar cuidado. A gente sabe – e isso acontece não é só no Brasil – que a empresa estatal pode não ter a flexibilidade e a agilidade necessárias para o atendimento da demanda. O papel da Telebrás tem que ser muito estratégico e ser conduzido de maneira inteligente para não obstruir, ao invés de alavancar, a banda larga".

Reconheceu o executivo: "gerenciar uma estatal, no ambiente dinâmico das telecomunicações, não constitui desafio pequeno".

## Desafios não faltam

Um deles é a necessidade de integração das diversas infraestruturas que não estão nas mãos do Governo e sim do Estado. Caso se queira sucesso na implantação da banda larga, será preciso haver integração entre todas as operadoras. Prevê-se a atuação de pequenos provedores no tocante à capilarização da banda larga.

Um segundo desafio clamando por solução é a questão do Fust. "Ele é o fundo que a sociedade criou para ajudar na universalização do serviço. E que não foi usado!", interpelou o conferencista. Agora, passou tanto tempo – o Fust foi idealizado no artigo 81 da Lei 9.742 (LGT), de 16/07/1997 – que o conceito inicial ficou obsoleto. Já se desenvolvem outras ideias e há projetos de lei no Congresso para utilizar recursos do Fust na questão da universalização da banda larga.

Outro desafio para o setor – perene e subjacente – reside nos altos impostos que oneram os serviços de telecomunicações. "Se a sociedade considera que a banda larga é a infraestrutura do futuro, com relevância econômica e social muito grande, a questão dos tributos nunca poderá ser esquecida", disse com irretorquível lógica o conferencista, acrescentando:

"A proposta que circula pelo setor de telecomunicações é não desonerar tudo, mas, no caso da banda larga para população de baixa renda, praticar taxas diferenciadas. É um assunto que temos que resolver, como sociedade", ponderou Hélio Graciosa.

Integrando ainda o rol dos desafios, situa-se o estímulo à produção de conteúdo, que deve ser diversificado. Vai nesta direção o PLC-116 (ex-PL 29), projeto de lei da câmara. (N.R.: em 5 de julho último, o PLC-116 estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal).

Prosseguindo com suas "percepções", disse um firme Graciosa: "é importante querer mais! O conhecimento deve ser gerado no Brasil. Na nossa maneira de ver, isto só traz benefícios para a nossa sociedade. Cria capital intelectual, aqui. Fortalece a nossa balança de pagamentos. Gera empregos qualificados. Faz surgir o que se poderia chamar – uma coisa talvez antiga – de poder de negociação".

E exemplificou: "temos um fato recente e convincente. A solução da televisão digital demorou muito tempo para chegar. Envolveu dezenas de atores, como o estado brasileiro, emissoras e indústria. Hoje, o País goza de uma posição de liderança sobre o assunto TV digital em nossa região".

### **Fortalecer o conhecimento**

Referindo-se ao conhecimento gerado no Brasil, registrou Hélio Graciosa que, "nesse terreno, o País já plantou vários alicerces". No campo das políticas de Estado, existem vários documentos e intenções do Governo expressando que o desenvolvimento de conhecimento no País é relevante.



Hélio Graciosa (primeiro plano) e A. C. Valente, na plateia

Já existe todo um ferramental político relativo à utilização do poder de compra do Estado no desenvolvimento da tecnologia. A Anatel, ao analisar a consolidação da Oi com a Brasil Telecom, colocou como uma das condições que o aumento dos investimentos deveria envolver tecnologias desenvolvidas no Brasil.

No Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, reza em seu artigo 1º: "fica instituído o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a: VIII – aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras". A Medida Provisória (MP) 495, de 19/07/2010, que altera a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, (Lei das Licitações) vai na mesma direção de proteção da nossa tecnologia.

Há vários movimentos na direção de manter o conhecimento no País e ter o poder da sociedade acrescido.

O fomento para a pesquisa e desenvolvimento e inovação (P&DI) – o "I" da sigla se deve ao embaixador Ronaldo Sardenberg, hoje, presidente da Anatel e então ministro da Ciência e Tecnologia – existe hoje no País. Foi lembrado que, na década de 90, dos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro não tinha dinheiro para aplicar em pesquisa e desenvolvimento.

Na gestão do embaixador Ronaldo Sardenberg, então à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia (N.R.: nos dois últimos anos do segundo Governo FHC), nasceu uma conceituação nova para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no País. Foram criados 14 fundos que, hoje, não estão contingenciados.

### **Boas notícias**

O Funtell – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Lei 10.052 de 28/11/2000) – é

contingenciado e é uma exceção. No entanto, "há vontade política desse contingenciamento não ocorrer mais", acenou o conferencista.

Começa a surgir no País a percepção que a inovação não está só na academia, acontecendo também nas empresas e junto ao mercado. Nesse contexto, surge a subvenção para a tecnologia da Finep – Financiadora de Estudos e Projetos. Há recursos do FNDCT/Fundos Setoriais para a estruturação e operação de Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação (NAGIs) em empresas brasileiras. Recursos não reembolsáveis são colocados em empresas.

Há várias iniciativas para o fortalecimento da indústria. Como para a transferência de tecnologia. Existem mecanismos de financiamento de recursos para o comprador para capital de giro, a fim de que ocorra a produção local no Brasil. Há outras iniciativas. O Pró-Inova (*Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação*) é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A *Mobilização Empresarial para a Inovação (MEI)* é coordenada pela CNI – Confederação Nacional das Indústrias.

O real desafio, ultimou o conferencista, é priorizar as ações e articular os atores num cenário reconhecidamente complexo. A barreira da descontinuidade, o Brasil aparentemente já venceu. No passado, um novo governo "apagava" o que fazia o governo anterior.

"Temos que perseverar os objetivos que achamos justos para que eles aconteçam", foi a última percepção deixada pelo presidente do CPqD. (JCF)

[Acesse, aqui, a Carta do Guarujá 2010](#)

[Acesse, aqui, a Carta do Guarujá 2009](#)

agenda		
<b>Congresso de Planejamento Estratégico de TI</b> Dia 15 de setembro São Paulo (SP) <a href="#">Ideti</a>	<b>II Conferência Rio como Pólo de Telesserviços</b> Dia 6 de outubro Rio de Janeiro (RJ) <a href="#">Conquist</a>	<b>Futurecom 2010</b> De 25 a 28 de outubro São Paulo (SP) <a href="#">Provisuale</a>

< /FONT >

#### expediente

O TELEBRASIL Em Foco - Notícias é uma realização da equipe de jornalismo da TELEBRASIL.  
Tel.: (21) 2244-9494; fax (21) 2542-4092; e-mail: [telebrasil@telebrasil.org.br](mailto:telebrasil@telebrasil.org.br)  
É permitida a reprodução de qualquer parte do conteúdo desta publicação, desde que citada fonte (autor, data e veículo).

**Caso você não deseje receber o TELEBRASIL Em Foco, por favor [clique aqui](#).**